COLÉGIO DO INFANTE D. HENRIQUE

Contrato de Sociedade Nº SN/1979 de 8 de Fevereiro

No dia quinze de Novembro de mil novecentos e setenta e oito, na Secretaria Notarial de Ponta Delgada, perante mim, licenciado, Manuel Armindo Sobrinho, notário do Segundo Cartório, compareceram como outorgantes:

EM PRIMEIRO LUGAR — D. Stephanie Slater Harris Gallagher, casada, cidadã americana, natural do Estado de Massachusetts, Estados Unidos da América do Norte, habitualmente residente em 365 West End Avenue, New York, Estados Unidos da América do Norte.

EM SEGUNDO LUGAR — John Stratford Rogers, casado, cidadão americano, natural da Califórnia, Estados Unidos da América do Norte, residente habitualmente em um — West 67 Street, New York, Estados Unidos da América do Norte.

EM TERCEIRO LUGAR — Francisco José Rego Costa Matos, casado, com residência habitual nesta cidade, na Avenida Infante, D. Henrique, e natural da freguesia de São Sebastião, deste concelho.

EM QUARTO LUGAR — Cornelio Maria João Rieff, casado, natural da Liege, Bélgica, habitualmente residente nesta cidade, na Avenida Gaspar Frutuoso.

EM QUINTO LUGAR — Dr. Abel da Câmara Carreiro, casado, natural da freguesia de São Sebastião, desta cidade, habitualmente residente na rua Dr. Armando Cortes Rodrigues, n.º 17, desta mesma cidade.

— Verifiquei a identidade dos outorgantes os terceiro, quarto e quinto, por serem do meu conhecimento, a primeira pelo Passaporte J- 1005540, de dezassete de Março de 1978, emitido pelo Departamento de Estado de New York, que me foi exibido; e o segundo pelo Passaporte Z — 2380710, de oito de Junho de mil novecentos e setenta e seis, emitido pela Embaixada dos Estados Unidos da América do Norte em Jidda, Arábia Saudita, que também me foi exibido, e que os referidos primeiro e segundo outorgantes têm conhecimento da língua portuguesa.

E POR ELES FOI DITO:

— Que, pela presente escritura, constituem uma associação civil de fim educacional não lucrativo, de acordo com a lei, denominada «COLÉGIO DO INFANTE D. HENRIQUE», com a sua sede na rua dos Mercadores, número sessenta e cinco, desta cidade de Ponta Delgada, São Miguel, Açores, a qual se regerá pelas cláusulas constantes dos artigos seguintes:

ARTIGO PRIMEIRO

Objecto

— Esta associação tem por objecto fundar e manter nos Açores um colégio náutico permanente, programa de treino de navegação e centro de estudos oceanográficos, aberto a estudantes, académicos, cientistas e organizações congéneres de todas as nações, que hão-de restabelecer, preservar e melhorar, tanto na prática como no espírito do homem, os ideais e descobrimentos do Infante D. Henrique de Portugal, conhecido e cognominado pelo mundo, cujos horizontes alargou, como « Infante D. Henrique o Navegador».

ARTIGO SEGUNDO

Os membros da Associação

— São membros desta Associação os intervenientes na presente escritura e todos os indivíduos e organizações admitidos como membros pelo Conselho de Administração de acordo com as normas e processo a estabelecer pelo referido Conselho.

O número de associados é ilimitado.

— O Conselho também estabelecerá as normas reguladoras da qualidade de membro da Associação e sua extinção.

— Haverá uma reunião anual dos membros desta Associação no dia a estabelecer pelo Conselho de Administração.

— Os membros desta Associação são elegíveis para os comités a instituir para o Conselho da Associação, nos termos a estabelecer pelo Conselho de Administração.

ARTIGO TERCEIRO

Administração

— O primeiro Conselho de Administração será composto por cinco pessoas designadas pelos sócios fundadores e o seu mandato durará pelo prazo de um ano.

— Posteriormente o Conselho de Administração poderá alterar o número de vogais e a composição do Conselho e a duração do seu mandato.

— O Conselho de Administração terá os poderes necessários para o andamento e administração da Associação.

— O quorum do Conselho será de três vogais e as deliberações serão tomadas pela maioria dos vogais presentes, a não ser que seja alterado por decisão do mesmo Conselho.

— As reuniões do Conselho de Administração serão convocadas pelo seu presidente, por escrito com a antecedência de trinta dias, a menos que a notificação seja dispensada por escrito por algum vogal.

— As convocações escritas poderão ser feitas por telex ou telegrama para os telexes e endereços indicados pelos destinatários.

ARTIGO QUARTO

Conselho Fiscal

— Haverá um conselho fiscal encarregado de examinar durante o ano a administração financeira da Associação antes da assembleia geral anual.

—O primeiro Conselho fiscal será nomeado pelos sócios fundadores e exercerá o seu mandato por um ano.

—Posteriormente a sua composição e prazo do mandato serão determinados pelo Conselho de Administração.

ARTIGO QUINTO

Da Contribuição dos Associados

Um — Os associados concorrem para o património social com prestações pecuniárias sob a forma de quotas ou com prestações de serviços sob a forma de colaboração no ensino ou no conjunto de administração.

Dois — O montante das quotas e sua periodicidade são determinados pelo Conselho de Administração.

—Assim o disseram e outorgaram.

—Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo em voz alta e na presença simultânea de todos.

Stephanie Slater Harris Gallagher

John Stratford Rogers

Francisco José Rego Costa Matos

Cornelio Maria João Rieff

Abel da Câmara Carreiro

O Notário

Manuel Armindo Sobrinho